

INFORMATIVO TRT6

Jornal do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região - Recife PE

julho - agosto / 2012 ano XIX nº 191 www.trt6.jus.br

TRT-PE intensifica ações para receber Processo Eletrônico

MODERNIZAR É PARTE DO PROCESSO



PJe
PROCESSO JUDICIAL
ELETRÔNICO

Quando, no próximo dia 18 de setembro, for inaugurado o sistema de Processo Judicial Eletrônico, com as presenças do presidente do TST e do CSJT, ministro João Oreste Dalazen, e do presidente do TRT-PE, desembargador André Genn, o Regional pernambucano vai ingressar na maior transformação que já beneficiou o Judiciário brasileiro. Não se trata apenas de uma adaptação da Justiça ao mundo das mais recentes tecnologias, mas da utilização lúcida dos meios tecnológicos em benefício de um Judiciário mais rápido, acessível e seguro, respeitando o meio ambiente na medida em que dispensa completamente o uso de papel. A instalação e a operação do novo sistema exigem uma quebra de paradigma, por isso a Presidência do Regional está intensificando a realização de cursos para magistrados e servidores, bem como divulgando informações sobre a nova realidade que o PJe vai instaurar. Inicialmente, o PJe vai funcionar na 1ª e 2ª VT de Igarassu, esta a ser instalada com a nova tecnologia, e na 2ª Instância do TRT-PE.

Programa mostra importância dos magistrados



Com promoção do CNJ, o encontro acontece dia 14 de setembro no TRF da 5ª Região.

CNJ inova na Semana Nacional de Conciliação

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) anunciou que a 6ª edição da Semana Nacional da Conciliação será realizada de 7 a 14 de novembro. Pela primeira vez, a iniciativa terá sete dias corridos de duração e contará com audiências também nos fins de semana. Ao longo de suas edições o evento resultou em 750 mil processos resolvidos.

ATO EM DEFESA DO TRABALHO SEGURO

O TRT-PE realiza, na Arena da Copa, no dia 19 de setembro, ato público em defesa do trabalho seguro, com o TST e o CSTJ, que vêm promovendo eventos desta natureza nas cidades onde estão sendo erguidos estádios para a Copa

TRABALHO SEGURO
Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho



TRT6 recebe conselheiro do CNJ



Na manhã do dia 14 de agosto, o presidente do TRT-PE, desembargador André Genn, recebeu a visita do conselheiro do CNJ José Lúcio Munhoz, magistrado do TRT da 12ª Região (Santa Catarina). Entre os temas discutidos, conversaram sobre a experiência de integrar o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), tendo o desembargador André Genn registrado tratar-se de uma “experiência muito rica”, que proporciona uma visão nacional do Judiciário trabalhista. Eles também conversaram sobre a experiência do magistrado José Lúcio Munhoz como conselheiro do CNJ.

Tribunal recebe visita de comitiva argentina

Os desembargadores do TRT-PE receberam, na manhã do dia 9 de agosto, comitiva integrada por magistrados e autoridades da província de Mendoza, na Argentina.

O presidente do TRT-PE manifestou a honra de o Regional receber a delegação do país vizinho, coordenada pela ministra da Corte Superior de Justiça de Mendoza, Inés Yanzón, e respondeu a várias questões sobre a origem, funcionamento, estrutura e legislação da JT brasileira, destacando a celeridade com

que esse ramo do Judiciário consegue solucionar os processos.

Esclareceu ainda o desembargador André Genn que a nossa Justiça do Trabalho tem como um dos princípios a conciliação e que dois temas relativamente novos nas reclamações trabalhistas são terceirização e dano moral.

Ao final do encontro, a ministra Inés Yanzón agradeceu a receptividade encontrada na corte Pernambucana e fez convite ao desembargador André Genn, extensivo aos demais desembar-



gadores, para conhecer o Judiciário da Argentina, em Mendoza.

A comitiva, que esteve no Recife para realizar intercâmbio, veio acompanhada do diretor eleito da Esmape, desembargador Fernando Cerqueira, e do coordenador internacional da escola, Rafael de Menezes.

Participaram do encontro a vice

presidente do TRT-PE, desembargadora Maria Helena Pinho Maciel; os desembargadores Ivanildo Andrade, Pedro Paulo Nóbrega, Virgínia Canavarro, Valéria Gondim, Ivan Valença, Valdir Carvalho, Dione Furtado, Clara Saboya, Nise Pedroso, Ruy Salathiel, Socorro Emerenciano e o juiz Paulo Alcântara.

Jornal do TRT da 6ª Região

Cais do Apolo, 739 Bairro do Recife
50.030-902 Recife PE
Imprensa: 81-3225.3216

imprensa@trt6.jus.br

PRESIDENTE

André Genn de Assunção Barros

VICE-PRESIDENTE

Maria Helena Guedes Soares de Pinho Maciel

CORREGEDORA

Gisane Barbosa de Araújo

DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRABALHO

Eneida Melo Correia de Araújo

Maria Helena Guedes Soares de Pinho Maciel

André Genn de Assunção Barros

Ivanildo da Cunha Andrade

Gisane Barbosa de Araújo

Pedro Paulo Pereira Nóbrega

Virgínia Malta Canavarro

Valéria Gondim Sampaio

Ivan de Souza Valença Alves

Valdir José Silva de Carvalho

Acácio Júlio Kezen Caldeira

Dione Nunes Furtado da Silva

Dinah Figueiredo Bernardo

Maria Clara Saboya Albuquerque Bernardino

Nise Pedroso Lins de Sousa

Ruy Salathiel de Albuquerque e Mello Ventura

Maria do Socorro Silva Emerenciano

SECRETÁRIO-GERAL DA PRESIDÊNCIA

Ayrton Carlos Porto Júnior

DIRETOR-GERAL

Wladimir de Souza Rolim

SECRETÁRIA DO TRIBUNAL PLENO

Nyédja Menezes Soares de Azevedo

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Maria Alice Amorim (DRT 2194-PE)

REDATORES

Eugenio Pacelli / Maria Alice Amorim

Tereza Rozowykiwat / Caroline Jordão Barreto

REVISÃO

Eugenio Pacelli

FOTOGRAFIA

Stela Maris / Eugenio Pacelli

Maria Alice Amorim / Siddharta Campos

PROJETO GRÁFICO

Simone Freire

DIAGRAMAÇÃO

Simone Freire / Siddharta Campos

IMPRESSÃO

CCS Gráfica e Editora

(Tiragem: 1.500 exemplares)

Justiça do Trabalho fará ato público na Arena da Copa

No próximo dia 19 de setembro, o TST/CSJT e o TRT-PE realizam na Arena da Copa, em São Lourenço da Mata, um grande ato público em defesa do trabalho seguro, dirigido a todos os trabalhadores que lá atuam.

Com a presença do presidente do TST, ministro João Oreste Dalazen, do presidente do TRT-PE, desembargador André

Genn, das gestoras regionais do Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho, desembargadoras Valéria Gondim e Dinah Figueiredo, e de autoridades do Governo de Pernambuco, o evento vai difundir a ideia de que a manutenção de um ambiente laboral seguro depende da participação de todos.



Gestoras do Programa de Prevenção de Acidentes, desembargadoras Valéria Gondim e Dinah Figueiredo, com o desembargador Pedro Paulo discutem organização do evento com secretário da Secopa

Para interação com os trabalhadores, artistas populares e jogadores de futebol de renome nacional deverão participar do evento.

O planejamento do ato foi discutido com o secretário executivo de Relações Institucionais da Secopa-PE, Gilberto Pimentel, e

o representante do Consórcio Odebrecht, responsável pela obra, José Ayres, que garantiram o apoio necessário à realização da iniciativa.

Atos desta natureza vêm sendo desenvolvidos em todas as arenas da Copa.

Instituições participarão do combate a acidentes de trabalho



O presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT-PE), André Genn, assinou no dia 12 de julho protocolo de cooperação técnica com diversos órgãos federais tendo por objetivo desenvolver, conjuntamente, ações do Programa Nacional de Acidentes

de Trabalho. Integram o Grupo de Trabalho Interdisciplinar (Getrin) com o TRT-PE o Ministério Público do Trabalho, a Superintendência Regional do INSS no Nordeste, a Advocacia-Geral da União e a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Per-

nambuco, representados, respectivamente, pelo procurador-chefe do MPT-PRT6, Fábio Farias e pelos superintendentes das instituições acima citadas, João Maria Lopes, Renato Rodrigues Vieira e José Jéferson Thompson Lins.

“O acidente de trabalho é um câncer social gigante. Desenvolver ações para minorar, prevenir, combater acidentes, é um trabalho em nome dos trabalhadores, da sociedade”. Foi o que declarou André Genn, durante a cerimônia de assinatura.

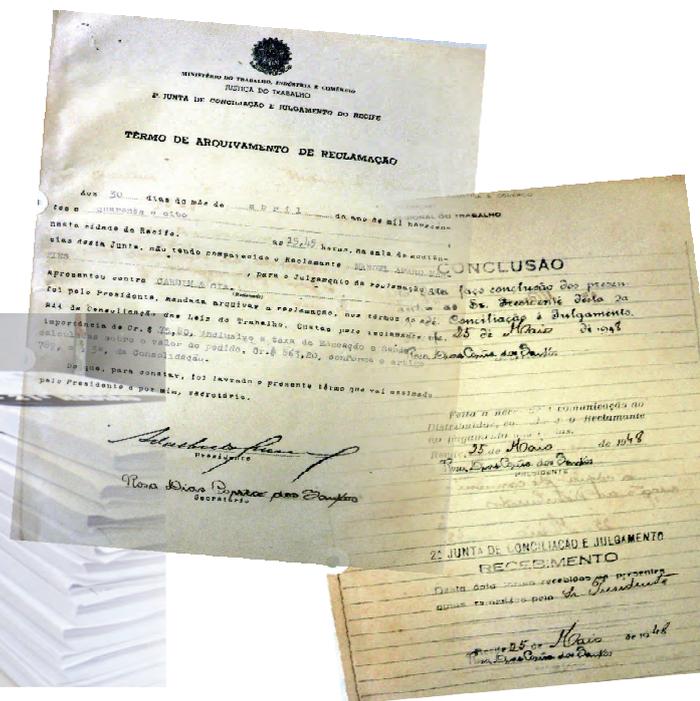
Além das coordenadoras do Programa, desembargadoras do

Trabalho, Valéria Gondim e Dinah Figueiredo, estiveram presentes à solenidade os desembargadores do TRT Dione Nunes Furtado da Silva, Nise Pedroso Lins, Virgínia Malta Canavarro, Socorro Emerenciano, Ivanildo da Cunha Andrade e Ruy Salatiel; os procuradores regionais do Trabalho Waldir de Andrade Bitu Filho e Manoel Orlando de Melo Goulart; o procurador do Trabalho Leonardo Osório Mendonça, o juiz titular da VT de Limoeiro, Paulo Alcântara, e a juíza titular da 10ª VT do Recife, Ana Cristina da Silva.

Processo Eletrônico vai transformar



O novo modelo de processo, além de garantir celeridade na tramitação e segurança dos dados, é ecologicamente correto pois, dispensa o uso do papel



Desde 1941, quando foi instituída no Brasil, a Justiça do Trabalho por duas oportunidades adotou as novas tecnologias que estavam emergindo. Primeiro deixou de lado a caneta e as folhas pautadas nas quais eram lavradas sentenças, despachos e acórdãos para modernizar as salas de audiência e as secretarias com as máquinas de escrever, que se popularizavam. Após décadas de domínio, nos anos noventa, o Judiciário descartou as agora “velhas máquinas”, inclusive as elétricas, que apresentavam recursos muito avançados para a época e aderiu à era da informática. Mas nenhuma mudança pode ser comparada à que está para acontecer, com o advento do

Processo Judicial Eletrônico, cuja implantação do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT-PE) ocorre no dia 18 de setembro deste ano, na Sala de Sessões do Pleno, às 15h, com as presenças do presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro João Oreste Dalazen, e do presidente do TRT-PE, desembargador André Genn de Assunção Barros.

Não se trata apenas de uma adaptação da Justiça ao mundo das mais recentes tecnologias, porém da utilização lúcida dos recursos tecnológicos mais avançados em benefício de um Judiciário mais rápido, acessível e seguro. De acordo com o que afirma o ministro Oreste Dalazen, “O projeto do

Processo Judicial Eletrônico na Justiça do Trabalho – PJE/JT – é muito mais do que um simples sistema de tramitação eletrônica de processos judiciais”.

Além de o PJE garantir a celeridade de que tanto a sociedade necessita, o que se torna mais complexo para o Judiciário Trabalhista com o aumento do número de ações que anualmente são ajuizadas, da entrada do processo à solução final não exige o uso de uma única folha de papel, poupando milhares de árvores e cumprindo uma reivindicação dos cidadãos atuais, que é a utilização racional dos recursos naturais.

Na opinião do presidente do TRT-PE, desembargador André Genn, magistrados e servidores vão dispor de tempo e apoio

necessário para adaptação ao novo paradigma que decorrerá do funcionamento do Processo Judicial Eletrônico. Embora de simples utilização, o sistema do Processo Judicial Eletrônico exige conhecimento específico, por isso a Presidência do Regional Pernambucano está oferecendo um programa de capacitação a magistrados e servidores.

Numa primeira fase os cursos têm como público-alvo servidores da informática que atuarão no atendimento, prestando orientação e assistência quanto ao funcionamento do sistema, magistrados e servidores das 1ª e 2ª Varas de Igarassu, unidades da Primeira Instância, onde funcionará inicialmente o PJE, desembargadores, servidores dos

Fortalecer Justiça do Trabalho

MAGISTRADOS E SERVIDORES PREPARADOS PARA USAR NOVA FERRAMENTA



Preparar servidores e magistrados para operar o Processo Judicial Eletrônico vem sendo uma das grandes prioridades do TRT de Pernambuco nos últimos meses. Para tanto, o Tribunal estabeleceu um cronograma de atividades tendo como meta explicar, em detalhes, o funcionamento do novo sistema, de forma que, todos

replicadores de 2º Grau da turma-piloto e respectivos gabinetes e treinamento de desembargadores.

Após a implantação do novo sistema, que acontecerá no próximo dia 18 de setembro, o TRT-PE dará continuidade ao programa de preparação para o uso adequado do PJe realizando

provenientes do TRT da 10ª Região (Brasília).

Também foi realizada palestra, voltada para magistrados, diretores de Vara e servidores de outras unidades do TRT pernambucano, proferida pelo juiz Alexandre de Azevedo Silva, auxiliar da Presidência do Tribunal Superior do Trabalho. Na oportunidade, o presidente do Regional, desembargador André Genn, destacou que passar do modelo do processo convencional para o PJe é muito mais do que uma mudança de

ferramenta. “Não é apenas uma evolução, trata-se de uma revolução”, disse ele.

O palestrante mostrou algumas das principais vantagens do Processo Judicial Eletrônico, destacando a sua acessibilidade, já que estará disponível na Internet, a economia de papel e de impressão, a eliminação de atividades burocráticas, como perfurar, grampear e organizar documentos, possibilitando aos servidores um envolvimento maior com a essência dos processos.

Durante os últimos meses TRT6 vem promovendo treinamentos para operação adequada do PJe

saibam lidar com o PJe sem enfrentar maiores dificuldades. O cronograma englobou as seguintes iniciativas: instalação da versão do PJe para treinamento, homologação e produção, com a equipe do Regional capacitada para monitorar e fazer atualizações em consonância com orientações do CSJT; treinamento dos administradores do PJe; capacitação dos servidores da vara-piloto e replicadores de 1º Grau; capacitação dos juízes e assessores da vara-piloto e da equipe de replicadores da 6ª Região no uso do PJe; capacitação da equipe de servidores

uma operação assistida para a Vara e acompanhando a primeira semana de utilização do Processo Judicial Eletrônico no âmbito do 2º Grau da 6ª Região.

Além dos treinamentos, o Tribunal providenciou um curso de capacitação para servidores envolvidos na implantação e acompanhamento de demandas do PJ-e, vinculados à Secretaria de Informática, assim como à 1ª e à 2ª instâncias. O curso foi ministrado pelos instrutores Edson Mateus, da área de Tecnologia da Informação, e Tereza Trotta, da área Judiciária, ambos



Desembargador André Genn e juiz Alexandre Azevedo, que realizou palestra sobre o funcionamento do PJe

Treinamento para uso do SIGEST

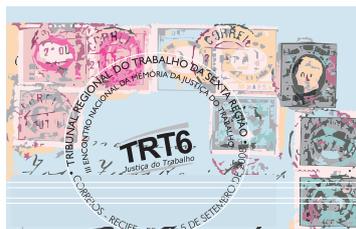
Representantes dos 24 Tribunais Regionais do Trabalho participaram de treinamento, neste mês de agosto, para utilização do Sistema de Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho (SIGEST). Ainda neste semestre, a ferramenta será instalada em toda Justiça do Trabalho. O curso foi restrito a secretários e assessores de Gestão Estratégica e de Tecnologia da Informação dos Regionais, TST e CSJT. Com o sistema, será possível acompanhar o

cumprimento dos objetivos estratégicos. Os projetos serão monitorados virtualmente, assim como os indicadores. Dispositivos automáticos informarão as unidades sobre prazos para realização de tarefas. Além disso, serão emitidos relatórios para subsidiar as Reuniões de Análise da Estratégia. A empresa que fornece o sistema irá a cada um dos Regionais para implantar a ferramenta e capacitar os usuários, conforme as categorias de acesso.

Em celebração a hospital militar, Sexto Regional recebe medalhas



Em comemoração aos 195 anos do Hospital Militar de Área do Recife (HMAR), no dia 19, autoridades foram condecoradas. Entre elas, receberam a Medalha da Ordem do Mérito Instituto dos Docentes do Magistério Militar os desembargadores Gisane Araújo, Ivanildo Andrade, Nise Pedroso e Pedro Paulo Nóbrega. Além deles, também foi agraciado com uma Medalha da Ordem do Mérito Instituto dos Docentes o próprio TRT6, representado na solenidade pela vice-presidente, Maria Helena Guedes Soares de Pinho Maciel.



Vistos etc...

UNIFORMIZADOS TERMOS PARA TRATAMENTO DE MAGISTRADOS

As expressões de tratamento usadas para fazer referência aos magistrados de 1ª e 2ª instâncias no âmbito da Justiça do Trabalho foram uniformizadas pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) em 'Juiz do Trabalho Substituto', 'Juiz Titular de Vara do Trabalho' e 'Desembargador do Trabalho'. A regulação foi promovida por meio da resolução 104, editada pelo Conselho.

E-DOC GANHA NOVA VERSÃO

Uma nova versão do Sistema Integrado de Protocolização de Fluxo de Documentos Eletrônicos (e-DOC), ferramenta essencial para o acesso dos advogados de todo o país à Justiça Trabalhista, foi implantado pelo CSJT. Entre outras vantagens, o modelo permite maior rapidez, fruto da infraestrutura em linguagem JAVA.

NO TST, RECURSOS INTERNOS DEVEM INFORMAR CPF OU CNPJ DAS PARTES

Agora passa a ser exigência no TST a indicação do número de inscrição das partes no cadastro de pessoas físicas ou jurídicas da Receita Federal. A determinação deve ser observada sempre que for apresentado qualquer recurso interno no âmbito daquele Tribunal (embargos, embargos infringentes, agravo regimental, agravo e embargos de declaração). Desde janeiro, a identificação do CPF ou CNPJ passou a ser necessária em todas as ações propostas originariamente no TST. Agora a medida foi ampliada.

CSJT institui teletrabalho na JT de primeiro e segundo graus

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) aprovou resolução que autoriza a realização de teletrabalho no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. A modalidade deverá ser exercida a título de experiência e vai permitir aos servidores trabalharem fora das dependências dos órgãos em que atuam, com a utilização de recursos tecnológicos.

Dentre vários requisitos, a medida visa a otimizar o tempo de trabalho e à melhoria da qualidade de vida dos servidores, bem como motivá-los e comprometê-los com os objetivos da instituição, como previsto no Planejamento Estratégico da Justiça do Trabalho para o quadriênio 2010 a 2014.

De acordo com a resolução, as atividades que poderão ser

exercidas pelo teletrabalho serão aquelas que demandam maior esforço individual e menor interação com outros servidores, como, por exemplo, confecção de minutas de sentenças, votos, pareceres, relatórios e propostas de atos normativos, desenvolvimento de sistemas, dentre outros.

A resolução prevê, ainda, que a realização do teletrabalho deverá ocorrer por até um ano, devendo

ser realizadas avaliações trimestrais dos resultados alcançados. Após o período experimental de até um ano, o CSJT irá avaliar se a modalidade de teletrabalho deverá permanecer em funcionamento na Justiça do Trabalho.

A resolução entrará em vigor assim que publicada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho.

(Fonte: CSJT)

Escola Matias de Albuquerque recebe TJC

Quarta escola a receber este ano a visita do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC), a Matias de Albuquerque apresentou uma montagem sobre crianças que desempenham atividades profissionais e à noite alimentam seu lado infantil. O evento aconteceu na tarde de 7 de agosto, na sede do colégio, em Casa Amarela, e foi uma oportunidade não só para os juízes entrarem em contato com a percepção que os alunos têm sobre a realidade, como também para ouvirem e responderem perguntas sobre questões ligadas ao direito.

Além da Matias de Albuquerque, este ano já foram visitadas

as escolas Oliveira Lima, na Boa Vista; Clotilde de Oliveira, em Casa Amarela; e Clóvis Beviláquia, no Hipódromo. Este ano, os juízes ainda passam pela Nossa Senhora de Fátima, em Bola na Rede, e São Judas Tadeu, em Chão de Estrelas, fechando o calendário anual do TJC.

Para a juíza coordenadora da iniciativa, Carmen Richlin, os encontros são fundamentais para aproximar dos jovens cidadãos a figura do juiz, quebrando a ideia de “encastelamento” em relação aos magistrados. “Os alunos se preparam bastante para receber os juízes. Desenvolvem trabalhos culturais com temas ligados aos



projetos, como a questão do trabalho infantil, e apresentam diretamente para os juízes. Além disso, aproveitam para tirar dúvidas sobre o conteúdo trabalhado em sala de aula ao longo do ano. É uma experiência sempre enriquecedora, tanto para juízes, quanto para estudantes”, afirma Richlin.

Também visitaram a escola Matias de Albuquerque o desembargador do TRF5 Manoel Erhardt, a magistrada do TRT6 Lúcia Valois, o advogado Hugo Victor, o juiz Abner Apolinário, entre outros presentes. O TJC é um programa da Anamatra, tem a coordenação local da Amatra6 e apoio do TRT-PE

Encontro debaterá valorização de magistrados

A terceira etapa dos encontros regionais do “Programa de Valorização da Magistratura – Juiz Valorizado, Justiça Completa”, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça, será no próximo dia 14 de setembro, na sede do Tribunal Regional Federal da 5ª Região. A data foi definida pela Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas do CNJ, presidida pelo conselheiro José Lúcio Munhoz. Em sua opinião, “o programa é um instrumento para debater mecanismos de valorização da magistratura e do Poder Judiciário, tanto em sua estrutura interna como no relacionamento com a sociedade”.

O objetivo dos encontros regionais, envolvendo os segmentos do Judiciário de todos os Estados da respectiva região geográfica, é gerar propostas que serão levadas à discussão no Seminário

Nacional sobre Valorização da Magistratura, previsto para ser realizado no mês de outubro, em Brasília. Os encontros contam com a participação de presidentes, corregedores e diretores de comunicação dos tribunais, presidentes de associações de magistrados e diretores de escolas de magistratura.

A organização do evento da região Nordeste foi discutida em agosto, na sede do TRF-5, sob a coordenação do conselheiro do CNJ, José Lúcio Munhoz, e do presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, desembargador Paulo Roberto de Oliveira Lima, contando com a participação de representantes do CNJ, do TRT de Pernambuco, do TRF-5 e do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). O Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região foi representado pelo juiz auxiliar da Presidência, Virgínio Henriques de Sá e Benevides.



No que se refere ao programa que vem sendo tema dos encontros, vale destacar a importância dos serviços prestados pelo Judiciário, razão pela qual a valorização da magistratura tem impacto direto na qualidade dos serviços prestados à sociedade. É fundamental para a população contar com magistrados motivados e em condições de contribuir significativamente para os avanços do país e para o fortalecimento de nossas

instituições. A atuação dos juízes é indispensável para a garantia do pleno exercício da cidadania e a relevância deste papel pode ser verificada através do número de sentenças proferidas por ano, que chegam a cerca de 22 milhões.

Os interessados em obter maiores informações sobre o programa e os mecanismos de participação direta dos magistrados devem acessar a página do CNJ no endereço da internet: <http://www.cnj.jus.br/valorizacao>

NOVAS REGRAS PARA CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO

O CNJ aprovou resolução que redefine diretrizes para a formação de magistrados e servidores do Judiciário. A mudança reconhece a autonomia das Escolas Nacionais, cabendo a elas regulamentar os cursos oficiais de ingresso, formação inicial e continuada ou de aperfeiçoamento. Dá autonomia às escolas nacionais para fixarem critérios unificados de valoração ou pontuação dos cursos, definirem carga horária e estabelecerem valores mínimos

e máximos para a remuneração de professores e membros de bancas examinadoras. A nova resolução torna obrigatória a participação de magistrados nos cursos definidos pelas Escolas Nacionais, com a respectiva convocação e dispensa da atividade jurisdicional. O texto reconhece as Escolas Judiciais como unidades gestoras responsáveis, com rubrica orçamentária específica e competência para ordenação de despesas.